



Platêia lota o Centro Cultural Ação da Cidadania, no bairro Saúde, na 4ª Conferência Estadual das Cidades do Rio de Janeiro

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

Avanços e desafios na Política Urbana

- Representantes da sociedade debatem as remoções no Rio **PÁGINAS 4 e 5**
- Conferência define Conselheiros Estaduais e delegados para a Nacional **PÁGINA 8**



**SENGE-RJ realiza
Planejamento
Estratégico**

Uma questão de prioridade

O governo federal não tem nenhum motivo razoável para vetar os dois projetos já aprovados pela Câmara e Senado: o aumento de 7,7% para os aposentados e o fim do fator previdenciário. Toda a argumentação insistentemente veiculada pela imprensa de que o sistema previdenciário é deficitário e que, além de não ter dinheiro para isto, o sistema poderia entrar em colapso é uma farsa e esconde mais uma face cruel do projeto neoliberal que teima em se instalar.

Os estudos mais sérios sobre a previdência mostram exatamente o contrário e com a economia crescendo e mais pessoas entrando para ele não haverá nenhum abalo com a aprovação em definitivo dos dois projetos aprovados. Além do mais, o governo, em 2009, dispendeu com o item Gastos Financeiros da União 380 bilhões de reais. Isto para aplacar a voracidade dos rentistas e especuladores. O reajuste dos aposentados representa 1 bilhão de reais para quem gastou 380 bilhões, o que, convenhamos, não é nada astronômico.

O acréscimo de 1 bilhão, se olhado por um outro prisma, é praticamente insignificante. Quando o Banco Central aumenta em 1% a taxa Selic, isto representa um aumento dos gastos do governo em 10 bilhões de reais. Recentemente, a taxa Selic foi aumentada em 0,75% e ninguém foi fazer as contas e bradar que isto era um absurdo e poderia levar ao colapso das contas do governo. Por que isto não acontece? Exatamente porque os beneficiários são aqueles que vivem das rendas de juros pagos pelo governo e a mídia que lhe faz coro serve como cão de fila vociferando contra os segmentos mais desprotegidos da sociedade. O aumento dos aposentados e o fim do truculento fator previdenciário, além de uma questão de sensibilidade, é uma questão de prioridade. Está nas mãos do governo dizer de que lado ele está.

O avanço da Fronteira Elétrica do Brasil: a construção de Belo Monte

■ NIVALDE J. DE CASTRO *

O Brasil precisa construir, a cada ano, cerca de 6 GW de capacidade instalada para garantir e viabilizar o desenvolvimento econômico e social. Sem esta energia nova corre-se o risco de enfrentar situações como em 2001-2002, quando a Crise do Apagão obrigou toda a sociedade a reduzir o consumo de energia elétrica em 20%, provocando uma perda de mais de 50% na taxa de expansão prevista para o PIB de 2001.

Diferente da grande maioria dos países, o Brasil tem recursos energéticos em quantidade e qualidade (de custos e não poluidoras) suficiente para atender o crescimento da demanda de energia elétrica. Este status faz com que as causas centrais da crise energética mundial – segurança de suprimento e sustentabilidade ambiental – não nos afetem, colocando, assim, o Brasil numa situação ímpar em termos de competitividade energética no cenário mundial para as próximas décadas. Sem dúvida o Brasil será um paradigma de Economia Verde no mundo.

Dentre o potencial de recursos energéticos brasileiro destaca-se a hidroeletricidade. O potencial é estimado em mais de 150 GW localizados, principalmente na região amazônica. A utilização efetiva deste potencial está sendo iniciada com construção das centrais elétricas de Santo Antonio e Jirau. Estas ações iniciaram o processo irreversível de avanço da “fronteira elétrica” brasileira.

No entanto, desde 1988, a nova Constituição do país aprovou regras mais rígidas em relação à integridade do meio ambiente. Esta nova legislação está impactando a construção das novas centrais hidroelétricas. Elas vêm sendo sistematicamente criticadas e acusadas de provocarem impactos ambientais de tamanha gravidade que não deveriam ser construídas. Estas críticas são formuladas

com frágeis embasamentos técnicos, energéticos e ambientais que se apóiam no aparato legal para barrar e impedir os processos licitatórios. Este movimento vem se intensificando e o exemplo mais recente e contundente foi a batalha legal e midiática contra o leilão de Belo Monte realizado em 20 de abril. A base objetiva destas críticas, em termos de política energética, é falha e não apresenta fundamentos consistentes, pois elas não respondem perguntas simples como: qual a fonte de energia que poderia substituir em custo e qualidade ambiental a hidroeletricidade?

Por outro lado, a engenharia brasileira tem experiência consagrada na construção de grandes centrais elétricas. Se, até os anos de 1980, buscava-se integrar as centrais com grandes reservatórios para dar segurança ao suprimento, via capacidade de regularização dos reservatórios, agora, com os impedimentos legais, a engenharia brasileira vem buscando conciliar a necessidade de energia nova com respeito às imposições ambientais através das usinas do tipo fio d'água. Estas usinas buscam diminuir ao máximo a área alagada, mesmo em detrimento do aproveitamento mais eficiente em termos de MW.

Desta forma, o Brasil, com sua experiência no campo da engenharia consegue aproveitar economicamente a energia mais limpa, renovável e de menor custo do mundo, respeitando a nova e complexa legislação ambiental e garantindo as bases para o desenvolvimento econômico sustentável das próximas gerações. O Brasil não pode aceitar e se submeter às críticas de que as centrais hidroelétricas são poluidoras (?) e que degradam o meio ambiente. Estas críticas podem levar o Brasil a ter sérias restrições econômicas e tecnológicas, comprometendo o seu desenvolvimento social.

“O Brasil não pode aceitar e se submeter às críticas de que as centrais hidroelétricas são poluidoras e que degradam o meio ambiente”

(*) Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do GESEL – Grupo de Estudos do Setor Elétrico



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corvelo de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)

Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ realiza o planejamento estratégico da sua gestão

Fotos: Júlia Gaspar

Em reuniões durante todo o dia, em Teresópolis, diretores, funcionários, conselheiros e representantes da engenharia se reuniram para pensar nos principais objetivos para a categoria e em como efetivá-los

O Planejamento Estratégico do SENGE-RJ aconteceu de 28 a 30 de maio, na Pousada Urikana, em Teresópolis, com a presença da Diretoria do Sindicato, alguns funcionários, conselheiros e representantes da engenharia.

Os principais objetivos estratégicos para a ação sindical do SENGE-RJ para o triênio 2010/2013 são: Ampliar, significativamente, a participação dos profissionais da Engenharia no SENGE-RJ, assegurando também a renovação da sua Diretoria; Aumentar a capacidade de atendimento às demandas da categoria por meio da interiorização do SENGE em regiões prioritárias do estado, estrategicamente definidas, bem como da diversificação/ampliação dos setores da Engenharia em que o Sindicato participa efetivamente das negociações coletivas; Buscar transformar o SENGE-RJ em uma



instituição de referência em Políticas Públicas, inclusive no ensino da Engenharia (áreas tecnológicas), garantin-

do a participação em fóruns, debates, conselhos e outras esferas públicas, colocando-se como ator relevante na ela-

Acima, diretores, funcionários, conselheiros e representantes da engenharia que estiveram presentes no Planejamento Estratégico do SENGE-RJ. Ao lado, grupo durante os trabalhos

boração das propostas e no acompanhamento das ações.

Os principais projetos discutidos foram as delegacias de interiorização; as negociações coletivas; a ampliação do número de associados; o SENGE-RJ no contexto das Políticas Públicas; novos quadros para a Diretoria; e a Reestruturação do Sindicato.

EPE demite engenheira

A EPE, empresa criada no início do governo Lula, para suprir o setor energético brasileiro da importante tarefa de planejamento, está em polvorosa. A administração atual, e que está na empresa desde sua fundação, não se sabe bem por quê, ao invés de aprimorar os métodos de uma boa gestão de pessoal, radicalizou no autoritarismo e na intolerância.

Na sexta-feira, dia 28/05, os Sindicatos signatários do ACT foram sur-

preendidos com a demissão de uma engenheira, após uma série de ameaças e medidas discricionárias cometidas contra esta engenheira ao longo dos últimos meses. Os Sindicatos, na própria sexta-feira, se apressaram em comparecer a EPE no sentido de ouvir a companheira demitida, bem como saber da empresa suas razões em partir para o seu desligamento. Enquanto representantes sindicais conversavam com ela, alguns companheiros de tra-

balho foram chegando para prestar solidariedade e uma grande aglomeração de pessoas foi se formando espontaneamente. Isto foi motivo de ameaças por parte da empresa, inclusive ao trabalho sindical. O diretor Ibanês Cássel, do RH da EPE, avisou sobre possíveis e novas demissões e solicitou aos Sindicatos que evitassem repetir demonstrações como essa, sob pena de começar a restringir a ação e movimentação dos sindicalistas na empresa.

Os Sindicatos, além de levarem seu protesto formal à direção da EPE, contra esta arbitrariedade, fizeram a empresa reconhecer que a demissão da engenheira, o clima de terror psicológico criado e a insegurança generalizada no corpo de funcionários contraria o espírito de negociação necessário ao período de data-base que se avizinha, com prejuízos incalculáveis e imprevisíveis no curto prazo e médio prazo.

REMOÇÕES

Representantes de diversos setores debatem ações d

Em tempos de deslizamentos, inundações, mortes, remoções, despejos, choro e desalojamentos, o tema da principal mesa da Conferência Estadual das Cidades do Rio de Janeiro não poderia ser outro: “As ações de prevenção às remoções e aos despejos, da garantia do direito à moradia e reassentamento, no contexto das políticas fundiárias e habitacionais do Estado do Rio de Janeiro”, com palestrantes de diversos setores, a mesa contou com a coordenadora do Núcleo de Terras da Defensoria Pública, Maria Lúcia de Pontes; o subsecretário de Estado de Habitação, Reginaldo Balieiro Diniz; a coordenadora Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Maria de Lourdes Lopes; o procurador do Estado e presidente do ITERJ, Leonardo Azeredo; e a professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF e coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, Regina Bienenstein; e o presidente do Crea-RJ, Agostinho Guerreiro. O governo quer remanejar 124 áreas de risco em favelas no Rio de Janeiro, mas a opinião destas pessoas é unânime contra as remoções, com explicações bastante embasadas e contextualizadas.

A coordenadora do Núcleo de Terras da Defensoria Pública, Maria Lúcia de Pontes, afirma que há uma falta de diálogo entre o poder público e as comunidades. “A melhor forma de prevenir conflitos, remoções e despejos é tendo uma diálogo sincero com a população que está sendo atingida, infelizmente isso não acontece. Esta é uma cidade para os negócios e para o turismo, não é uma cidade para se viver, não é uma cidade que inclua a população carente. Eu vejo como se a gente brincasse de “faz de conta”, a gente senta em uma mesa para discutir, “faz de conta” que coloca nossas opiniões e, na hora do vamos ver, quem



REGINA BIENENSTEIN

“Os políticos não colocarão a habitação em sua pauta, se a sociedade não tiver organizada”



MARIA DE LOURDES LOPES

“O Minha Casa Minha Vida não atende aos pobres e sim ao mercado imobiliário”



LEONARDO AZEREDO

“O povo ocupa, porque a constituição diz que todo o mundo tem direito à moradia digna”

decide não somos nós. É preciso que o Estado leve a sério as demandas da comunidade, porque a gente precisa ter o princípio da gestão democrática da cidade”, afirma.

Maria Lúcia relata: “Quando um representante de uma comunidade me diz “doutora, estão querendo remover a gente”, como está acontecendo agora no Morro dos Prazeres, na Rocinha, no Fogueiro, no Urubu (onde já aconteceu em uma parte) e, com outras comunidades, esse é um sentimento de falta de dignidade”. Ela protesta: “Dois dias depois de chuvas, o prefeito do Rio de Janeiro elegeu oito comunidades para serem removidas, sem nenhum estudo técnico”.

E ela indaga: “Que cidade é essa que nós estamos construindo? Uma cidade que não tem espaço para as pessoas que construíram a cidade? Essa é uma questão que a gente precisa resolver, sem isso a gente não consegue chegar a lugar algum”, reivindica.

Maria Lúcia de Pontes explica: “Nós

temos uma legislação belíssima, a Constituição Federal garante que toda pessoa humana tem que viver com dignidade; a lei orgânica do município do Rio de Janeiro afirma que uma comunidade não pode ser removida, a não ser que haja risco de vida, mas, mesmo assim, que seja com diálogo aberto com a comunidade sobre aquele risco. Mas não é nada disso que acontece, há algum outro interesse, porque essas remoções não acontecem porque há risco de encostas caírem, disso eu tenho certeza”, afirma.

O subsecretário de Estado de Habitação, Reginaldo Balieiro Diniz, afirma que o déficit habitacional no Brasil, em 2007, era de 6.272.645; as habitações com carência de infraestrutura estavam em 10.494.947. E explicou que, de 2009 a 2010, o acréscimo da população foi de 185.573. Ele garante que a inadequação afeta, principalmente, famílias de até 3 salários mínimos.

Reginaldo diz que, a partir de 1986, houve redução e descontinuidade nos investimentos do setor habitacional, acres-

“Que cidade é essa que nós estamos construindo? Uma cidade que não tem espaço para as pessoas que construíram a cidade?”

cido com o decréscimo de infraestrutura (água e esgoto), devido a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH). “Com todos os questionamentos que haviam sobre o BNH, era um sistema estruturado e que conseguia financiar habitação”, afirma. Ele garante que há um descaso do setor público que, de um lado, não teve condições de oferecer unidades habitacionais que cobrissem as necessidades da população de baixa renda e não se fez presente nas cidades.

O subsecretário afirma que os Programas Minha Casa Minha Vida (proposta de um milhão de habitações) e Morar Seguro (programa iniciando, de um bilhão de reais do Estado, para aplicar em municípios com faixa de risco) tentam

É MELHOR PREVENIR QUE REMEDIAR

e prevenção às remoções e o direito à moradia digna

Fotos Júlia Gaspar



AGOSTINHO GUERREIRO

“As pessoas vão continuar indo para as áreas de risco, porque não têm onde morar”



REGINALDO DINIZ

“O setor de habitação não tem recursos permanentes, precisamos exigir que tenha”



MARIA LUCIA DE PONTES

“Há uma falta de diálogo entre o poder público e as comunidades”

amenizar o deficit habitacional. “E o Estado financia com recursos próprios ações no interior do estado, atendendo municípios de menor porte que não foram enquadrados no Minha Casa Minha Vida”, explica.

“O setor de habitação não tem recursos permanentes, precisamos exigir que tenha. Está tramitando no Congresso a PEC 285, para garantir recursos que seriam: 2% da Receita da União; 1% da Receita do Estado e 1% da Receita dos Municípios para serem investidos em habitação de interesse social”, afirma Diniz.

O presidente do Crea-RJ, Agostinho Guerreiro, protesta: “Quem vai morar em área de risco porque gosta? As pessoas vão continuar indo para as áreas de risco, porque não têm onde morar”. Agostinho relata: “Nós vimos vários lugares, em vários municípios, em que as pessoas estão voltando para as suas casas, em áreas onde houve deslizamento, porque não tem quem os diga para onde ir, o aluguel social ou não foi feito, ou não é o

suficiente. As pessoas estão à margem, sem uma solução”.

O presidente do Crea-RJ afirma: “Nós estivemos, no Crea-RJ, com moradores do Morro dos Prazeres e eles colocaram para nós que, se precisarem sair, eles saem, mas eles querem um laudo que ateste que a segurança não permite que eles morem lá. E eu me comprometi com eles de que irei atrás deste laudo, não consegui o laudo ainda, mas estou tentando”.

A professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, Regina Bienenstein, afirma: “Os políticos não colocarão a habitação em sua pauta, se a sociedade não tiver organizada. Precisamos impulsionar para que o estado mude seu foco e suas prioridades”. E ela alerta: “Se não houver uma ação efetiva do poder público, demarcando as áreas de construção das habitações do Programa Minha Casa Minha Vida, essas casas serão construídas em lugares

distantes, não tenham dúvidas”.

Regina faz um relato do que é urgente no que diz respeito à habitação: necessidade da conclusão dos planos locais de habitação com a participação da sociedade; a gestão democrática precisa ser efetivada; demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social relacionadas aos assentamentos que existem, como também às áreas vazias mais centrais. Ela afirma ainda que a remoção de famílias de áreas de risco tem criado um falso problema: “as remoções trazem a ideia de que os pobres estão sempre no lugar errado, portanto removê-los seria a solução adequada. Quem ousa ficar contra a palavra de ordem “remoção”, quando estamos pensando na segurança dessas famílias? O discurso às avessas está sendo colocado. É necessário investir recursos para que sejam executados projetos, estudos técnicos, de modo a separar o que é risco e o que não é, o que tem solução viável e o que não tem”.

Ela lembra que também há a situação de risco por insalubridade. “As pessoas

que moram em 5 ou 10 metros quadrados não podem continuar morando desta forma, isto não é moradia adequada. Temos que tratar tudo de uma vez só, senão não será tratado depois. E tudo deve ser feito com a participação da população”, afirma.

A coordenadora Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Maria de Lurdes Lopes, protesta: “Nós, do Movimento Popular, não estamos discutindo o direito à propriedade, nós estamos discutindo o direito de, uma vez tendo nascido, ter o direito a morar confortavelmente e saudavelmente em algum lugar. E este “algum lugar” não pode ser imposto pela ordem que foi colocada, na qual ficaremos onde permitirem que a gente fique e, quando não mais permitirem, nos arrancarão de lá”. Ela garante que o direito à moradia é fundamental, social, constitucional e inerente à condição humana e à dignidade da vida. “Para garantir estes direitos, temos que fazer um enfrentamento na rua e nos espaços institucionais”.

Maria de Lurdes denuncia: “O Minha Casa Minha Vida não foi feito para atender à população mais pobre e sim ao mercado imobiliário e ao mercado de trabalho. No Minha Casa minha Vida, tem que se dar casa para quem tem dinheiro para pagar, então quem ganha até 3 salários mínimos vai para onde?”

O procurador do estado e presidente do Iterj, Leonardo Azeredo, afirma que 680 mil famílias no Estado do Rio de Janeiro não moram sob condições dignas, são dois milhões e meio de pessoas que moram sem a devida regularização fundiária, sem o título de propriedade. Ele conta também que, de 2009 até hoje, o Iterj atendeu 280 novas comunidades pedindo regularização fundiária. E tenta justificar o fato: “O povo ocupa, porque a constituição diz que todo o mundo tem direito à moradia digna”. ■

ENTREGA

Quando te vejo,
só há dois, ninguém mais,
é como um solfejo,
de duas notas musicais.

Quando te vejo,
miro tuas belezas naturais,
penso em beijos,
nas tuas curvas e cais.

TEMPOS MODERNOS

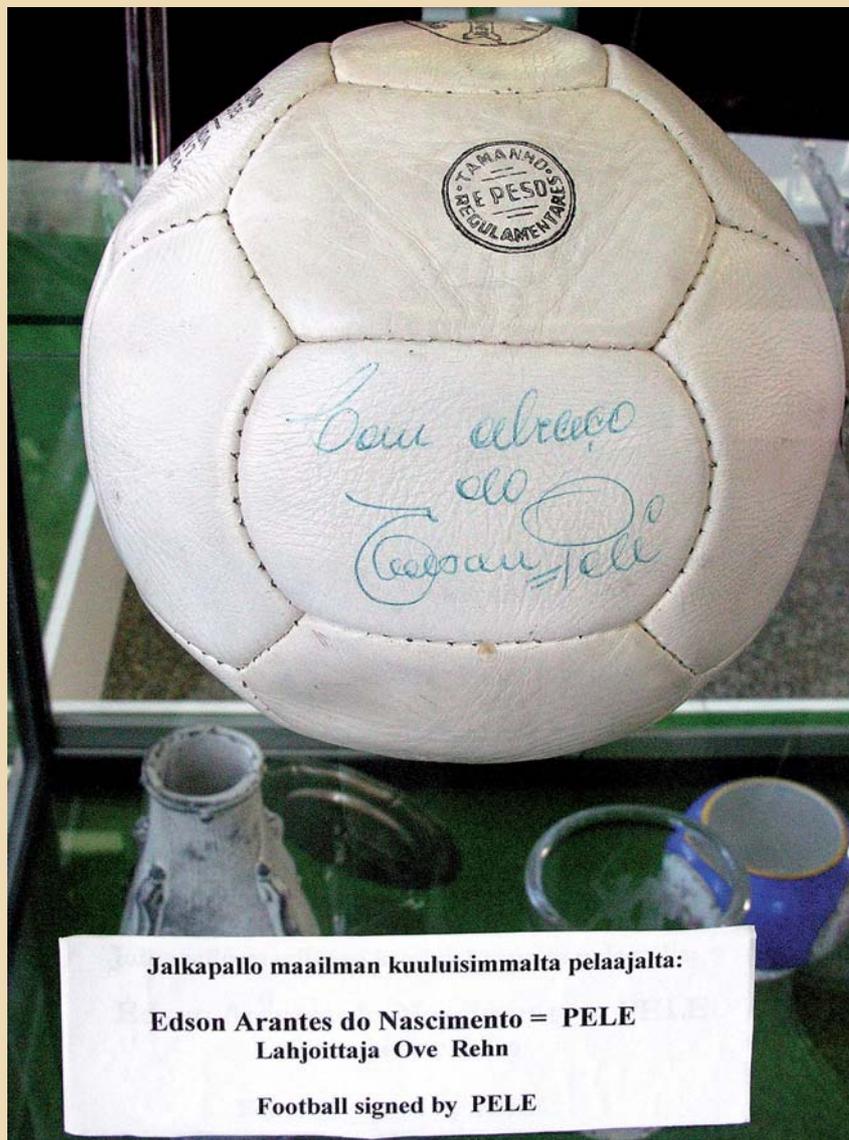
E a sociedade como está?
Sei não, sei lá.
Difícil. Estranho.
Confusão sem tamanho.

Namorar não é como era.
Ficar é o descompromisso.
Casamento já foi a vera.
Os pares são nós corrediços.

Há relações formais,
as abertas, pessoais,
e uniões incomparáveis.

Há as de mesmo gênero,
triangulares, com tempero.
Os sentimentos são indomáveis.

Em tempos de Copa...



• Bola de futebol autografada pelo Rei Pelé, registrada no Museu do Futebol, no interior da Finlândia, pelo fotógrafo e engenheiro eletricista de Furnas, Carlos Fonseca.

CONFUSÃO

Nebuloso pensamento
do rumo incerto,
perdido em um deserto,
real tormento.

A luz não aparece,
o desespero se apresenta
o desengano acontece
a calma se ausenta.

Segundos são horas
nas visões deformadas,
como dores de esporas
em corridas desenfreadas.

O certo pode estar errado.
É só confusão.

Nem sim, nem não,
a vida segue para qualquer lado

EXPECTATIVA

Vai chegar o dia
em que a epidemia da felicidade
espalhando-se com velocidade
Mesmo na mente mais arredia
habitará plenamente
vestindo a vida com fantasias.

• Poesias do engenheiro civil Raul Pessôa

• A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br



SENGE-RJ negocia com a Petrobras o cumprimento do SMP

O SENGE-RJ, representado pelo presidente Olímpio Alves dos Santos e pelo diretor Paulo César Granja, esteve em reunião com o departamento de Recursos Humanos da Petrobras, na qual estavam presentes também o setor jurídico da empresa e a assessoria jurídica do Sindi-

cato, além de representantes da Aepet.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio dos Santos, declara: "Mostramos para eles que a Petrobras não está cumprindo o pagamento do Salário Mínimo Profissional (SMP) aos seus engenheiros. Alguns adicionais do empregado

tem que incidir sobre o piso da categoria, o que não acontece".

Olímpio afirma que o Sindicato abriu uma negociação sobre o tema e está agendada, para o dia 09/06, uma conversa entre a assessoria jurídica do SENGE-RJ e o setor jurídico da Petrobras.

Ciência, Tecnologia e Inovação e os Trabalhadores

No período recente, o Brasil vem conseguindo atingir uma situação, talvez inédita em sua história, que combina democracia institucionalizada e crescimento econômico. Simultaneamente, vai se consolidando um ativo papel para o setor público, seja na indução, seja como instrumento direto de promoção do desenvolvimento. Particularmente, amplia-se a importância dos espaços institucionais de consulta e discussão pelos quais o movimento social organizado pode disputar o próprio sentido geral do desenvolvimento que se quer alcançar. Esse processo de pressão e negociação é fundamental para a estruturação de “acordos sociais” capazes de apontar a direção e influir na qualidade do desenvolvimento nacional a ser perseguido.

Assim, a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrida ao final do mês de maio, pode ser entendida e saudada como mais um espaço de concertação de políticas públicas e de discussão sobre os rumos do desenvolvimento do país apoiado em novos marcos. Para participar da conferência, o DIEESE elaborou notas técnicas, dentre as quais, a nota n.89, Ciência Tecnologia e Inovação e os Trabalhadores, de maio de 2010, a partir da qual foi escrito este artigo.

O progresso tecnológico está na base do processo de desenvolvimento das sociedades modernas, constituindo-se

a tecnologia de um conjunto organizado de conhecimentos e informações, obtido por meio do avanço nas ciências, nas invenções e experimentações e utilizado na produção de bens e serviços. E as escolhas que envolvem a definição dos percursos tecnológicos repercutem amplamente na organização do trabalho e da empresa, na estrutura das profissões e do emprego, no consumo, nos hábitos, no meio ambiente etc.

Em geral, a posição das entidades sindicais brasileiras sobre a necessidade e oportunidade de o país avançar do ponto de vista científico e tecnológico é a de apoiar as iniciativas que apontam nesta direção. Há uma clara conexão entre Ciência, Tecnologia e Inovação e a obtenção de ganhos de produtividade que, por sua vez, estabelecem as bases para uma elevação do nível de riqueza no país.

Mas esta possibilidade que se abre por intermédio do avanço científico, tecnológico e da capacidade inovativa e que pode levar a contínuos ganhos de produtividade, não necessariamente implica maior nível de bem-estar social. Isto depende dos condicionantes do jogo social que envolve tal processo. Por exemplo, ao longo do século passado, especificamente das décadas de 30 a 70, o país obteve vigorosos ganhos de produtividade e viu sua economia crescer a taxas médias anuais superiores a 7%, sem, contudo, promover a elevação do padrão de vida de sua po-

pulação no mesmo compasso.

A melhora da qualidade de vida e do nível de bem-estar geral devem ser objetivos de uma estratégia consistente de desenvolvimento, o que exige a construção de uma relação virtuosa entre crescimento econômico e distribuição de renda e riqueza. Nesse sentido, há ainda, no Brasil, um enorme déficit a ser superado e o avanço tecnológico pode ser determinante para impulsionar a mudança, desde que orientado por um conjunto de diretrizes, dentre as quais destacamos:

- O investimento na ampliação e aperfeiçoamento do sistema nacional de inovação;
- Uma especial atenção aos micro e pequenos empreendimentos, seja da cidade ou do campo, promovendo uma política voltada para a inovação e difusão tecnológica nesse meio produtivo;
- A busca pela repartição dos ganhos de produtividade, incrementando os salários e fortalecendo o mercado interno, favorecendo uma estratégia global de distribuição de renda e combate às desigualdades;
- Uma atenção especial à estrutura produtiva associada aos bens-salário, que pelo incremento da produtividade deve visar à ampliação da oferta e à redução dos preços;
- Além da melhora da qualidade da educação geral desde a infância, é necessário ampliar a oferta e cuidar da

qualidade da educação técnica e tecnológica;

- Busca da geração de postos de trabalho de qualidade. Qualidade que incorpore melhores condições de trabalho, de atributos do posto de trabalho e de jornada de trabalho compatível e de um sistema de promoção e proteção social avançado;
- A inovação deve orientar-se pela humanização das pessoas que trabalham, diferentemente da concepção dominante que as trata como fator ou recurso da produção;
- A inovação deve associar-se a uma concepção de proteção ao trabalhado em termos de saúde e segurança, liberando o homem do trabalho penoso e insalubre e deve ser realizada em um espaço de diálogo social capaz de coordenar as mudanças com a nova inserção ocupacional.
- A negociação das inovações nas empresas deve ser realizada no espaço do diálogo social, por meio de entidades representativas organizadas desde os locais de trabalho;

Tais diretrizes tornam-se essenciais para que o trabalho e os trabalhadores estejam no centro das políticas, programas e projetos integrantes de um plano nacional que oriente o sistema de inovação do país. A inovação deve ser um instrumento de promoção da equidade e do desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável.

Primeira Rodada de Negociação do Setor Elétrico

A primeira rodada de negociação do ACT 2010/2011 do Setor Elétrico aconteceu dia 20/05/2010, em Brasília. Sentaram-se à mesa de negociação, de um lado, as representações sindicais, compostas pelas intersindicais do setor elétrico de todas as regiões brasileiras, e do outro, as representações das empresas coordenadas pela Eletrobrás. O SENGE-RJ esteve presente fortalecendo a representação da FISENGE com os diretores Agamenon Oliveira e Gunter Angelkorte.

Após quase dois dias de reunião, o grupo Eletrobrás demonstrou que este ano o processo negocial vai ser muito mais difícil de apresentar resultados favoráveis para os trabalhadores do que nos anos anteriores. Em termos econômicos, as empresas, por enquanto, somente querem repor a inflação passada pelo IPCA. Nenhuma sinalização foi feita com relação ao ganho real.

Uma próxima rodada está marcada para Brasília, no dia 1º de junho, e, caso

nenhum avanço seja conseguido, os sindicatos levarão uma proposta de paralisação para os dias 08 e 09 de junho. Este ano existe uma grande dificuldade de se negociar a partir do início dos jogos do Brasil na Copa do Mundo, ou seja, a partir de meados de junho. Os trabalhadores deverão concentrar todos os esforços em uma negociação extremamente curta o que vai exigir grande capacidade de mobilização e de articulação dos diversos atores envolvidos no processo.

ART GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

4ª Conferência das Cidades reúne diversos segmentos da sociedade

Evento debate temas em prol da melhoria da qualidade de vida da população, define conselheiros estaduais e delegados para a Conferência Nacional

A 4ª Conferência Estadual das Cidades do Rio de Janeiro aconteceu de 21 a 23 de maio, no Centro Cultural Ação da Cidadania, no bairro Saúde. E contou com diversos segmentos: Poder Público, Movimento Popular, Empresários, Sindicatos, Entidades Profissionais e Acadêmicas, e ONGs. A Conferência realizou trabalhos nos seguintes eixos temáticos: Gestão democrática – conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores; Estatuto da Cidade, planejamento urbano e a função social da propriedade do solo urbano; Integração das políticas públicas de desenvolvimento urbano, relação entre os programas governamentais e a política de desenvolvimento urbano.

As entidades cutistas que conquistaram o direito de indicar um representante no Conselho Estadual são, como titulares: SENGE-RJ, SIMERJ, SARJ, Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento, CUT. Como suplentes, estão: SINDIPETRO, SARJ, Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil, Sindicato de Trabalhadores na Economia Informal, SINTRASEF.

Para a Conferência Nacional, que acontecerá de 21 a 23 de junho, em Brasília, as seguintes entidades cutistas indicarão seus delegados titulares: SENGE-RJ, SINDIPETRO, SIMERJ, SARJ, Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil, SINTRASEF, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento, CUT. Para delegados suplentes, as seguintes entidades indicarão seus membros: SENGE-RJ, SINDIPETRO, SARJ, Sindicato de Trabalhadores na Economia Informal, Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Queimados, SINTRASEF, Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento (duas vagas), CUT.

O diretor do SENGE-RJ Flávio Ramos explica que todas as políticas públicas tratadas na Conferência Estadual já



Os diretores do SENGE-RJ Flávio Ramos e Rubem Corveto, com a geógrafa Uiara Martins de Carvalho

vêm da Conferência Municipal e de outras reuniões. Ele considera que os encaminhamentos foram muito bons, com propostas ótimas, políticas de saneamento, transporte, habitação e as principais políticas públicas. E declara: “Acredito que, como é o início de um trabalho feito de baixo para cima, nós encontraremos enormes dificuldades, como encontramos algumas na própria Conferência, tais quais: alimentação precária e atrasos. Mas esta Conferência demonstra uma mobilização voluntária das entidades e dos trabalhadores, com isso a tendência é avançar e progredir na organização”.

Flávio Ramos considera que o mais importante nessas Conferências é a organização da sociedade. “A sociedade civil está aprendendo a dialogar com as autoridades, com o governo, pois isso tinha

acabado e agora está voltando e é muito saudável”.

O diretor do SENGE-RJ Rubem Corveto considera que a 4ª Conferência teve um grande momento importante, que foi o reconhecimento pelo Estado da realização da Conferência das Cidades. Ele diz que aconteceu uma participação bastante efetiva dos movimentos sociais e muito superficial do governo, que, de acordo com Rubem, está ausente, com poucas propostas. Rubem Corveto afirma: “Os movimentos demonstraram muita vitalidade, muita participação, há 35 municípios aqui, de várias regiões do Estado e estão discutindo muito a questão dos planos diretores e de todos os eixos, desejando participar da criação de conselhos, planejamentos e integração das políticas públicas dos planos federais e estaduais, isso foi um grande avanço”.

Júlia Gaspar

Rubem Corveto diz também que a Conferência Estadual é um espaço para a discussão e construção de alianças com os movimentos, além de uma participação permanente. “Precisamos de uma participação que não seja apenas na Conferência, mas durante todo o período, no ano todo, em todos os períodos. E que seja uma forma da gente construir, principalmente para o SENGE-RJ, uma participação com a sociedade organizada e que isso chegue até a nossa base. O que nós tivemos aqui é a participação de muitos engenheiros, representando outros sindicatos, associações e segmentos de outras regiões do Estado que não a Capital. Para o Sindicato, este é um momento muito importante para construir, mostrar-se presente e de ser reconhecido pela atuação que nós temos em todo o tempo. É muito importante que a gente esteja presente nisso e que construa essa participação durante todo o processo, durante todo o ano, e não somente na Conferência”, afirma.

Os diretores do SENGE-RJ Flávio Ramos e Rubem Corveto afirmam que vão indicar, junto aos demais diretores do Sindicato, que a geógrafa Uiara Martins de Carvalho represente o SENGE-RJ no Conselho Estadual. E, no Congresso Nacional das Cidades, eles garantem que Uiara irá como suplente do Rubem.

Uiara Martins diz que a Conferência acontece quando todos os segmentos da sociedade estão participando e contribuindo através de ideias e propostas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. “O SENGE-RJ é importantíssimo nesta participação, porque é um sindicato atuante, está sempre participando das discussões, colaborando com os movimentos sociais, justamente em passar informações e discutir de forma igual. Então este momento, para nós trabalhadores ligados ao Sindicato, é super importante para a melhoria da qualidade de vida da população do Rio de Janeiro”, afirma.